

Assembleia barra 'supersalários' da Defensoria Pública e cobra ampliação

PÁG. 5



Gilberto Leite

PRA FRENTE CUIABÁ!

Programa vai acelerar a retomada econômica

O prefeito de Cuiabá Emanuel Pinheiro (MDB) lançou nesta sexta-feira (7) o programa "Pra Frente Cuiabá", que busca incentivar a retomada econômica no pós-pandemia, por meio da geração de emprego e renda. Ele reforçou que a inexistência de uma ponte entre o cidadão e o setor produtivo ocasiona em descompasso e a Prefeitura vai atuar para ser essa 'ligação' entre empresários e trabalhadores'. O programa será executado sob o comando da Secretaria de Agricultura, Trabalho e Desenvolvimento Econômico e contará com cinco projetos diferentes

PÁG. 3

MT vira 'alvo' de investidores

Com três projetos de ferrovias previstos, Mato Grosso é um dos estados que mais se beneficiará com investimentos em infraestrutura nos próximos dez anos. Outro fator que pode atrair recursos estrangeiros é o avanço nas discussões do Marco Regulatório das Ferrovias (PLS 261/2018), em tramitação no Senado. O projeto tem a intenção de modernizar a transferência de exploração para a iniciativa privada, com a inclusão do regime de autorização na lei

PÁG. 7

Concessões garantem investimento de R\$ 6 bi

Michel Alves/Secom-MT



Concessões de 512,2 quilômetros de rodovias estaduais devem reduzir o custo logístico de Mato Grosso nos próximos dois anos. A assinatura dos contratos de concessão de três lotes de rodovias, totalizando investimentos de mais de R\$ 6 bilhões, ocorreu no Palácio Paiaguás. Além das concessões, houve a transferência de outros 419,3 km de rodovias à responsabilidade da Associação Agrológica de Mato Grosso, por meio das parcerias sociais. A oficialização dos contratos é considerada um marco para a infraestrutura mato-grossense, que hoje possui 22,3 mil km de estradas não-pavimentadas, contra apenas oito mil quilômetros de rodovias asfaltadas

PÁG. 7

Estado já reservou recursos do BRT no Orçamento, garante Gallo

Rogério Gallo, afirmou que o Estado já tem os R\$ 460 milhões necessários para construir o Ônibus de Trânsito Rápido (BRT) entre Cuiabá e Várzea Grande. A garantia foi dada durante audiência pública para debater a decisão de troca do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) pelo BRT, com transmissão pela internet

PÁG. 3



Mayke Toscano/Secom-MT

Comissão é contra novas prioridades na vacinação

Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), o deputado Dr. João (MDB) defendeu que a vacinação contra a covid-19 no estado seja realizada conforme o Plano Nacional de Imunização (PNI), sem a criação de novos grupos prioritários no estado. Médico há cerca de 40 anos, João fez críticas à inclusão de novos grupos entre as prioridades, apontando que essa manobra acaba priorizando setores com maior influência política em detrimento de quem realmente é prioridade na vacinação

PÁG. 4



Gilberto Leite

EDITORIAL

Uma questão de senso

Em meio à matança de senfreada que o coronavírus tem causado e às sequelas da pandemia na economia, a notícia de que o censo foi cortado das prioridades do governo passou batida para muita gente, embora não devesse. O apagão estatístico causado pelo corte da mais importante pesquisa sobre a população brasileira causará impactos negativos por um longo tempo, principalmente agora que precisamos traçar políticas públicas eficientes que ajudem a garantir a recuperação econômica pós-pandemia.

O levantamento que tradicionalmente é feito

a cada virada de década foi suspenso em 2020 por motivos óbvios. Diante da emergência pandêmica tão nova à época, não era plausível que pesquisadores fossem bater de porta em porta para passar um questionário à população. Um ano depois, conhecendo cuidados necessários para evitar contágios, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já tinha elaborado protocolos capazes de garantir o recenseamento sem causar uma nova crise sanitária. Não contava, porém, com a sagacidade de nossa classe política, que preferiu converter

os recursos do censo em emendas parlamentares do que conhecer a realidade brasileira.

O que se sucedeu na aprovação do Orçamento deste ano foi um escárnio tamanho que a própria presidente do IBGE não conseguiu engolir e preferiu deixar o cargo. O ministro da Economia, Paulo Guedes, tenta empurrar para o Congresso Nacional a responsabilidade por tamanha falta, mas uma análise em nossa história recente mostra que o conhecimento sobre a realidade da população brasileira jamais foi uma prioridade. Em 2019, Guedes já havia dito que era necessário cortar algumas questões do censo, sob o argumento de que

“perguntar demais poderia revelar coisas que nem queria saber”. Ignora o fato de que o censo brasileiro é uma referência mundial, devido à qualidade e complexidade de seus dados.

Como tem feito com várias outras questões de responsabilidade do governo federal, Mato Grosso pode tomar para si a responsabilidade de fazer o censo no estado. Afinal, os prejuízos que a desatualização desses dados pode trazer são especialmente grandes para um estado que cresce em velocidade tão rápida quanto o nosso. Entre outras coisas, os dados do censo são utilizados para definir investimentos públicos e repasses de recursos federais necessários



para garantir a prestação de serviços essenciais à população, como Saúde e Educação.

Superar os efeitos da pandemia exigirá informações de qualidade sobre a população e as dificuldades que ela enfrenta, para que sejam traçadas medidas eficazes na corrida pela recuperação. Mato Grosso pode largar na frente, mais uma vez, ao tomar as rédeas da situação.

Infraestrutura rodoviária

Mauro Mendes (*)

Nesta quinta-feira, dia 6, Mato Grosso consolida um marco histórico para sua infraestrutura rodoviária. A assinatura dos contratos para concessão de três lotes de rodovias estaduais à iniciativa privada, que somam 512,2 quilômetros, são um marco para o estado e frutos de um leilão realizado em novembro do ano passado, o segundo maior do país.

Essas concessões são um passo importante para a economia e o desenvolvimento econômico de Mato Grosso, pois visam melhorar o escoamento da produção agrícola e de proteína animal e, com isso, a qualidade de vida da população.

Mato Grosso se consolidou como a maior economia agropecuária brasileira, à frente do Paraná e de São Paulo, e já detém também a maior participação nas exportações do agronegócio brasileiro, com 18,3% da fatia total.

O estado é o maior produtor de soja, algodão, carne bovina, milho e também do etanol de milho. Já são mais de 71 milhões de toneladas produzidas por ano, e a previsão é dobrar esta marca nos próximos 10 anos, e sem precisar de desmates.

Mato Grosso tem enfrentado adversidades, e a logística é principal delas, já que somos um estado de dimensões continentais e estamos longe dos portos, por onde a nossa produção chega aos principais consumidores ao redor do mundo. Além disso, temos 22,3 mil quilômetros de estradas não pavimentadas, contra oito mil quilômetros de rodovias asfaltadas.

Essas dificuldades obrigaram Mato Grosso a desenvolver tecnologia de ponta e mecanismos que tornaram o estado competitivo frente aos principais players globais. Desde 2019 temos focado em grandes investimentos na infraestrutura,

parte deles por meio das concessões. É uma política pública que tem dado certo no Brasil e no mundo, e prova que a concessão garante a boa conservação das rodovias, uma vez que não é possível nem vantajoso aos cofres públicos cuidar e conservar um volume tão extenso de estradas.

Também adotamos as concessões por meio de parcerias sociais com municípios e associações de agricultores locais. Um modelo inovador e que igualmente garante a qualidade das estradas, afinal os produtores e os municípios beneficiados são os principais interessados em manter o asfalto em boas condições.

Com esses novos contratos, Mato Grosso passa a contar com 1.394 km de rodovias sob regime de concessão, sendo 700,8 km somente na atual gestão. Outros 419 km foram concedidos nos últimos dois anos às PPPs sociais. Somam-se a isso medidas e ajustes fundamentais

que deixaram o estado economicamente equilibrado, com segurança jurídica nos incentivos fiscais, burocracia reduzida, ambiente favorável aos negócios e o maior investimento público em ações estruturantes de Mato Grosso (R\$ 9,5 bilhões) em todas as áreas. O desenvolvimento tem acontecido em efeito dominó.

Com menos despesas para manutenção, mais recursos podem ser investidos em novas obras, que melhoram o trânsito, atraem investimentos, empresas, oportunidades, postos de trabalho e renda. Um jogo de ganha-ganha que vai manter Mato Grosso em ascensão econômica e possibilitará distribuir essa riqueza com a população.

MAURO MENDES é governador do Estado de Mato Grosso.



Causa animal

Faissal Calil (*)

Não é de hoje que os animaizinhos fazem parte das nossas vidas, e com o “boom” das redes sociais, eles estão cada dia mais presentes no mundo virtual, seja nas divulgações fofas quanto nas denúncias de maus-tratos. Toda essa popularização gerou, nos últimos anos, um fenômeno chamado causa animal. E falar dessa causa, logo nos remete aos números de animais abandonados.

No Brasil, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), esse número chega a cerca de 30 milhões, sendo 20 milhões de cães e 10 de gatos. Em Mato Grosso, a realidade não é diferente. Analisando a partir dos números da capital, podemos dimensionar a problemática no estado. Só em Cuiabá, concentram-se 14 mil animais em situação de vulnerabilidade. Quantitativo esse, que só cresce devido ao cenário pandêmico. Infelizmente, não somos exemplos de políticas públicas voltadas à causa animal (tanto no âmbito nacional quanto no estadual).

Porém, engana-se quem pensa que essa inexistência afeta somente aos animais. O

debate é bem mais profundo – e este cenário de pandemia, que estamos inseridos há quase dois anos, me faz refletir sobre várias vertentes. Uma delas, sendo o conceito de saúde única e a adoção de políticas públicas efetivas para prevenção e controle de enfermidades, como a Covid-19.

Mas Faissal, investir na causa animal no combate à pandemia? Sim, pois o abandono de animais gera grande consequência à saúde pública. Vejamos isso a partir das definições de saúde única. Os seus três componentes são: humana, animal e ambiental. Desses, o que se mostra mais crescente é a da saúde animal ligada à disseminação de doenças infecciosas humanas.

Essa informação é detalhada em números pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Em seus relatórios, a Organização aponta que 60% das doenças infecciosas humanas são zoonoses; 75% dos agentes de doenças infecciosas no homem são de origem animal, seguindo esses números, cinco doenças novas no homem surgem por ano, sendo três de origem animal; e, 80% dos agentes causadores de doenças que podem ser utilizados como armas biológicas são zoonóticos.

Ainda de acordo com esses levantamentos, anualmente, dois milhões de pessoas morrem por causa de doenças zoonóticas negligenciadas.

Esses surtos também trazem doenças graves, mortes e perdas de produtividade em rebanhos, principalmente em países em desenvolvimento.

O cenário vem deixando milhões de pequenos agricultores falidos. Nessas últimas duas décadas, essas doenças causaram imensas perdas econômicas. Foram mais de 100 bilhões de dólares. Isso, somando aos custos com a pandemia de Covid-19, que poderá chegar a nove trilhões de dólares nos próximos anos, nos acende uma luz vermelha e mostra o quanto o nosso estado necessita de investimentos em programas mais efetivos e eficazes voltado à causa animal.

Como representante público - e diante da compreensão da dimensão desse problema - tenho desenvolvido ações voltadas aos animais. Estamos em Alta Floresta com a castração de cães e gatos, ação essa que vamos estender aos demais municípios de Mato Grosso em breve. Também estamos em constante arrecada-

ção de medicamentos e ração. Lucas do Rio Verde é uma das cidades onde foi entregue mais de uma tonelada de ração. Além dessas ações, apresentei, no dia 14 de abril, uma indicação, ao governo do estado, para a implantação de uma Delegacia Virtual Especializada de Combate aos maus-tratos animais.

São pequenas ações que pretendo transformar em projetos efetivos, alinhando aos demais componentes da saúde única. Essa estratégia nos possibilita uma equalização em ações integralizadas, para que alcancemos um sistema de saúde pública mais completo, eficaz e, assim, preparado para combater cenários pandêmicos e demais surtos de outras doenças.

Políticas públicas da causa animal não impactam somente no bem-estar de animais. Desenvolvê-las soma-se à qualidade de vida de toda uma população - na saúde e na economia, principalmente.

FAISSAL CALIL é advogado e deputado estadual em Mato Grosso



Deusa Maia

Rosana Leite (*)

A ela, deusa Maia, é nominado o mês de maio. Da mitologia grega é uma das sete filhas de Atlas e Pleione. Já na mitologia romana, Maia Majestas é a deusa da fecundidade, da projeção da energia vital e da primavera.

Majestas significa o despertar da primavera e do renascimento. Identificada com a fauna e a boa deusa, Majestas também é considerada deusa da fértil estação de chuvas, sendo equivalente a uma velha deusa da primavera dos primeiros povos itálicos. O nome Maia tem o sentido literal de ‘pequena mãe’, tradicionalmente dado a uma mulher idosa, avó, ‘ama de leite’ ou parteira.

É narrado pela mitologia grega que Maia e suas seis irmãs foram transformadas no aglomerado estelar das Plêiades, integrantes da constelação de Touro, passando a viver na Via Láctea, para que elas pudessem se livrar das garras do gigante Órion.

O vocábulo ‘maiêutica’ também teria vindo de Maia. O primeiro e o décimo quinto dia do mês de maio eram consagrados a ela. Na obstetrícia a terminologia é designada para significar a ‘arte de realizar partos’. Também designa na filosofia um termo socrático que se refere a um jogo dialético de perguntas sucedidas de mais perguntas.

A ela, deusa Maia, é nominado o mês de maio. Da mitologia grega é uma das sete filhas de Atlas e Pleione

Maiêutica apresenta a ideia de pensar em pessoas que acham que conhecem muito de determinado assunto, mas na verdade só conhecem rasamente. Conhecimento conceitual nem sempre seria atributos de pessoas consideradas sábias.

Conta a história que a mãe de Sócrates seria parteira. E ele – Sócrates – afirmava que havia seguido a profissão da genitora, com a diferença que os seus partos eram de ideias e ideais. Acreditava esse filósofo que não detinha conhecimento para plantar juízos e conceitos, mas, sim, para retirá-los de outras pessoas.

A maiêutica se firmou como a arte do diálogo e da desconstrução dos argumentos. Buscava-se a construção de conceitos, que

seria mais importante do que atirar palavras ao ‘vento’.

Foi dito, ainda, que Maia seria a versão do Ocidente, da rainha Maya, progenitora do Buda. E que representava a sexualidade e a reprodução.

O quinto mês do calendário, maio, sempre significou vulgarmente o ‘mês das noivas’, o ‘mês das mães’. É, também, dedicado à Maria no calendário do catolicismo.

Ao refletir sobre tantos significados e representação em torno de ‘Maia’ (e do mês de maio), é possível perceber que liberdade, multiplicidade e dialética são apenas alguns deles. As mulheres são como Maia. Significam, representam, são múltiplas, e a tudo conseguem atender em pouco lapso temporal.

Seria tudo isso por necessidade? Por obrigação?

Com a necessidade atual, principalmente dos múltiplos ataques contra o gênero feminino, importante é relembrar outros significados. O respeito às mulheres vai além de denotações e conceitos. Respeito à vida, à vontade, à sexualidade, à liberdade, à expressão. Maio, para além de ‘mês das mães’ e ‘mês das noivas’, deve nos rememorar a Maia presente em cada uma.

ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS é defensora pública estadual.



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

PRA FRENTE CUIABÁ

Com ações voltadas à capacitação de trabalhadores e geração de empregos, Emanuel tenta criar condições para acelerar a retomada pós-pandemia

Programa irá alavancar a economia

Gilberto Leite



Da redação

O prefeito de Cuiabá Emanuel Pinheiro lançou nesta sexta-feira (7) o programa "Pra Frente Cuiabá", que busca incentivar a retomada econômica de Cuiabá no pós-pandemia, por meio da geração de emprego e renda. Ele reforçou que a inexistência de uma ponte entre o cidadão e o setor produtivo ocasiona em descompassos e a Prefeitura vai atuar para ser essa 'ligação' entre empresários e trabalhadores'.

O programa será executado sob o comando da Secretaria de Agricultura, Trabalho e Desenvolvimento Econômico e contará com cinco projetos diferentes. O primeiro é o 'Sine da Gente', que vai levar vans aos bairros da capital para descentralizar o atendimento do Sine Cuiabá,

facilitando que os trabalhadores tenham acesso ao banco de empregos e outros serviços.

"Essa falta de diálogo com o morador dos bairros e o comerciante, leva muitos a saírem de suas casas para trabalhar em outros locais, tornando inviável. A passagem custa R\$ 4,10, mas as vezes esse trabalhador não tem esse valor para sair de casa", disse.

Além do Sine da Gente, o programa 'Pra Frente Cuiabá' deverá lançar novas ações durante todo o mês de maio e junho. Os cinco projetos são: Sine da Gente, Enem Digital, Qualifica Cuiabá, Agro da Gente e Cuiabanco.

As ações buscam promover a capacitação de trabalhadores desempregados em áreas que estejam com maior demanda na capital. Além disso, incorporou ao programa o curso semi-intensivo 'Enem Digital', que busca preparar os estudantes cuiabanos para conquistar uma vaga nas principais universidades. Conforme o prefeito, as iniciativas se complementam, criando condições para o desenvolvimento econômico



'Sine da Gente' vai levar serviços diretamente aos bairros, priorizando a geração de empregos próximo ao local de moradia

da capital pelos próximos 30 anos.

"Estamos projetando Cuiabá para os próximos trinta anos, potencializando a economia gerando emprego e renda. Seremos parceiros dos setores produtivos, criando perspectivas

para absorção e qualificação da mão de obra", disse Emanuel.

O foco do programa 'Pra Frente Cuiabá' é atender autônomos, pequenos e microempreendedores, fazendo circular recursos. Por isso, Emanuel já adiantou

os objetivos dos outros projetos que serão lançados. O 'Agro da Gente' buscará desenvolver a agricultura familiar, enquanto o 'Cuiabanco' irá oferecer linhas de crédito para os pequenos empreendedores alavancarem seus negócios.

Os detalhes dessas ações ainda não foram revelados. Eles só serão conhecidos nas próximas semanas, quando a prefeitura fizer o lançamento oficial desses projetos. Segundo Emanuel, será um lançamento por semana.

AINDA TEM FÔLEGO

Carlos Bezerra pode disputar o governo no ano que vem

Da redação

O deputado federal e ex-governador, Carlos Bezerra (MDB) pode disputar o Palácio Paiaçu no ano que vem, caso seja desejo dos correligionários da sigla. Aos 79 anos, o político se dispôs a disputar o cargo majoritário em Mato Grosso.

Atualmente, o MDB faz parte da base do governo Mauro Mendes (DEM) que deve concorrer à reeleição. Mas isso pode mudar, já que o partido ainda não decidiu se lançará candidatura própria ou se vai apoiar o projeto de reeleição de Mauro Mendes.

"Todas as possibilidades existem! Tem pessoas trabalhando dentro do partido e cada uma trabalhando de um modo, então ano que vem vamos sentar e discutir e ver qual o melhor caminho. Se o partido decidir, saio [como governador], como não?", indagou o emedebista.

Bezerra reforçou que o foco principal no momento é montar uma chapa pura para a disputa dos cargos de deputados estaduais e federais. Até o momento, o partido já conta com 47 pré-candidatos à Assembleia Legislativa, sendo 35 homens e 12 mulheres.

A expectativa do parlamentar é eleger três deputados federais e sete deputados estaduais. Mesmo colocando seu nome para disputa ao Governo, o deputado federal detalhou que buscará a reeleição.

Outro nome que corria por fora nos bastidores do partido é o do prefeito Emanuel Pinheiro, o qual Bezerra descartou sair candidato ao governo do Estado. O deputado federal revelou que tem conversado constantemente com Emanuel por telefone, e o prefeito da capital mato-grossense diz que a pretensão é terminar o mandato de prefeito.

DISCUSSÃO ATRASADA

Botelho diz que DEM está em desvantagem para 2022

Da redação

O deputado estadual Eduardo Botelho (DEM) disse que o seu partido precisa se organizar para começar as reuniões e fazer o planejamento das eleições do ano que vem, ainda mais tendo o governador Mauro Mendes (DEM) como candidato à reeleição.

Botelho destacou que Mauro é um candidato forte para continuar como chefe do Executivo estadual, mas não é imbatível.

"Imbatível não, eu já disse isso, não é imbatível. Ele vem com uma condição bem forte, é um candidato forte, tem o que mostrar, tem como

fazer uma grande campanha no estado, mas imbatível lógico que não. Se fosse imbatível ele estaria com 70% (aprovação) hoje, mas se fizer pesquisa ele não vai estar com 70, vai estar com 20%, 25%, 30% nesta faixa", disse, na manhã da última quarta (5).

Apesar de apostar em uma baixa aceitação de Mendes, Botelho classificou o "chute" como bom, tendo em vista que o governador assumiu Mato Grosso com muitas dívidas, conseguiu quitá-las e deixar o Estado em uma situação considerada tranquila.

Em relação às reuniões partidárias, Botelho

explicou que foi uma decisão do partido esperar as intonações e mortes causadas por covid baixarem, e que em duas semanas já deve começar a se reunir com os correligionários.

"Precisamos começar a organizar porque os outros partidos na verdade queimaram a largada, já correram atrás, montaram chapa. Isso deixa [em desvantagem], mas nós cumrimos a tabela, não estamos errados, eles que saíram na frente", explicou.

Botelho ainda criticou Fábio Garcia e disse que se ele não quer fazer reunião que largue a presidência do DEM.



Rogério Gallo, afirmou que o Estado já tem os R\$ 460 milhões necessários para construir o Ônibus de Trânsito Rápido (BRT) entre Cuiabá e Várzea Grande

R\$ 460 MILHÕES

Estado já reservou recursos do BRT, diz Rogério Gallo

Gabriel Soares

O secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo, afirmou que o Estado já tem os R\$ 460 milhões necessários para construir o Ônibus de Trânsito Rápido (BRT) entre Cuiabá e Várzea Grande. A garantia foi dada durante audiência pública para debater a decisão de troca do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) pelo BRT, com transmissão pela internet.

Com os recursos em caixa, a previsão do governo é que a instalação do corredor de ônibus do BRT fique pronta em até 18 meses. Por hora, o processo segue suspenso por decisão judicial, que determinou a realização de audiências públicas para debater a troca do modal com a população de Cuiabá e Várzea Grande.

"Esses recursos estão assegurados no orçamento da Sinfra e o

Estado para que façamos a execução dessa importante obra para Cuiabá e Várzea Grande: entregar um modal de mobilidade urbana extremamente moderno, eficiente e que faça menos integração e que demande menos tempo das pessoas. Um transporte adequado para a cidade, menos oneroso [...] para os cofres públicos e, o mais importante, ao longo do tempo ele vai onerar menos o bolso de quem paga a tarifa", disse Gallo.

No encontro, também foi apresentada a diferença de passagem entre os dois modais. De acordo com o engenheiro de transportes Rafael Detoni, que apresentou os estudos durante a audiência pública, a tarifa do BRT custará R\$ 3,04, contra R\$ 5,28 do sistema VLT. Segundo ele, o Estado teria que arcar mensalmente com a diferença dos valores

caso seja feita a opção pelo modal de trilhos.

Foram apresentados os estudos realizados pelo governo do Estado e pelo grupo de trabalho criado em conjunto com a Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana e a Caixa Econômica Federal, que levaram o governador Mauro Mendes (DEM) a optar pelo BRT.

Conforme o projeto apresentado, o governo se responsabilizará pela realização das seguintes obras de infraestrutura: corredor segregado, paradas, estações e terminais, tratamento das calçadas, Parque Linear da Av. Rubens de Mendonça, Centro de Controle Operacional, Garagem Operacional do BRT com subestação de recarga elétrica dos ônibus, sistema de monitoramento e segurança da frota e usuários, sistema de comunicação com os usuários e também pela aquisição dos ônibus movidos à eletricidade.

Mayke Toscano/Secom-MT

TOMANDO AS RÉDEAS

Após corte de verbas do governo federal, Fecomércio propõe a deputados que pesquisa seja feita por conta própria, com recursos do Estado

MT pode fazer o próprio censo

Gilberto Leite



Da redação

A deputada estadual Janaína Riva (MDB) revelou que há uma proposta em negociação para que Mato Grosso realize seu próprio censo, já que o governo federal cancelou a pesquisa em nível nacional, que ocorre a cada 10 anos.

De acordo com a parlamentar, os deputados estaduais foram procurados pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso (Fecomércio-MT) para realizarem uma parceria com uma universidade pública para realizar a pesquisa.

Na avaliação de Janaína, a realização do censo estadual permitirá que Mato Grosso 'saia na frente' e tenha informações concretas sobre a efetividade das políticas públicas realizadas nos últimos 10 anos.

"O estado de Mato Grosso quer fazer o seu próprio censo, para que nós tenhamos noção da nossa população, da economia, do nosso PIB, desenvolvimento humano, necessidade da nossa população. E é importante inclusive para investimentos, atração de empresas, estímulo e geração de renda e emprego. A Assembleia está preocupada com isso", disse.

A deputada revelou ainda que o valor proposto pela Fecomércio para realização da pesquisa é cerca de metade do estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). A proposta foi apresentada a Janaína e ao deputado estadual Carlos Avallone.

Janaína irá repassar a proposta ao governador Mauro Mendes (DEM) e ao presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB). Em reunião com os dois, ela irá defender a necessidade desse investimento para o estado.

"Nós entendemos, assim como a Fecomércio e os empresários entendem, teve a participação também o Maurício Munhoz, que

é economista, e entendemos que a necessidade de Mato Grosso é urgente e que não podemos ficar à mercê do governo federal para realizar o censo populacional no estado", argumentou.

O superintendente da Fecomércio confirmou a informação e disse, por meio de sua assessoria, que a proposta está em negociação com os deputados.

CORTE - O anúncio do cancelamento do censo nacional foi feito no dia 23 de abril. O argumento do governo federal é que há necessidade de cortes no Orçamento e o IBGE, responsável pela pesquisa, foi um dos afetados. Na versão atual do Orçamento, não há previsão para gasto com o censo.

A verba do censo foi cortada ainda durante a tramitação do Orçamento no Congresso Nacional. Para 'encaixar' as emendas parlamentares no texto, os congressistas reduziram o orçamento do IBGE de R\$ 2 bilhões para R\$ 71 milhões. A direção do IBGE considerava ideal a destinação de R\$ 3,4 bilhões para realizar a pesquisa.



Deputada destaca que censo é essencial para planejamento de investimentos públicos e privados

'NOVO NORMAL'

Janaína Riva defende volta de eventos e cita 'hipocrisia'

Da redação

A deputada estadual Janaína Riva (MDB) voltou a defender a retomada das atividades do setor de eventos, considerado um dos mais prejudicados pela pandemia de covid-19. Em conversa com jornalistas, ela citou uma cerca 'hipocrisia' ao não permitir a volta deste segmento, pois as pessoas continuam se aglomerando em casa e em festas clandestinas.

Janaína confirmou que participou do show do cantor sertanejo Gustavo Lima em Primavera do Leste, no sábado (1), que gerou grande repercussão nas redes sociais devido à aglomeração. Apesar de reconhecer algumas falhas na condução do evento, a deputada avalia que experiência do show pode ser usada futuramente para a reabertura do setor de eventos.

"Não vou falar tudo no show estava 100%. Quando eu fui, também não imaginava que ia ter tantas pessoas, e também acho que poderia ter ficado todos senta-

dos, nas mesas. Poderia ter tido algumas modificações. Agora, a questão, por exemplo, dos testes, é uma segurança", disse. "As pessoas estão se reunindo dentro de suas casas, em eventos clandestinos, e o segmento que trabalha de maneira formal está passando por muita dificuldade financeira. Então, a gente tem que começar a abrir a nossa cabeça para começar a retomar com segurança", completou.

Janaína apontou que casas de show em Cuiabá poderiam utilizar um protocolo semelhante, com a testagem de todos os clientes antes do ingresso no local.

"Tem gente que tem condição de fazer exame, por exemplo, um show em uma casa como a Musiva, eles têm condições de pôr mesa e cobrir que fiquem sentados. Levantou, tem que ir de máscara para o banheiro", pontuou.

TESTE - Experimento científico realizado na Espanha no dia 27 de março deste ano, por iniciativa do movimento 'Festivals per la Cul-

tura Segura', mostrou que é possível realizar este tipo de evento com a adoção de protocolos mais rígidos sem que haja um desastre epidemiológico.

No experimento, foi realizado um show para cinco mil pessoas e apenas seis testaram positivo após o evento. Destas seis, apenas duas teriam se infectado no local. As demais contraíram o vírus fora dali. Os pesquisadores destacam que a incidência de covid-19 no show foi menor do que o observado na população em geral.

No entanto, a experiência realizada em Barcelona foi um tanto diferente do que ocorreu no show de Gustavo Lima. Os participantes do show na Espanha foram todos testados previamente e foram obrigados a permanecer com máscaras do tipo PFF2, que são descartáveis e capazes de filtrar 94% das partículas transportadas pelo ar. Já no show do sertanejo, os participantes ficaram aglomerados e sem máscaras.

COMBATE À PANDEMIA

Mauro diz que não precisou dos recursos da Lava Jato

Gabriel Soares

O governador Mauro Mendes (DEM) informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que não precisou usar os R\$ 79,4 milhões recuperados pela Operação Lava Jato no combate à pandemia de covid-19. Diante disso, ele pediu que o ministro Alexandre de Moraes autorize a realocação dos recursos para fiscalização e preservação na área da Amazônia Legal, função original do repasse feito ao Estado.

Na manifestação ao Supremo, o governo afirma que investiu R\$ 642,2 milhões em ações de enfrentamento à pandemia de covid-19 sem precisar mexer nos recursos da Lava Jato. O investimento foi feito

com recursos próprios, além de repasses feitos pelo governo federal para este fim específico.

"Deste modo, solicita de Vossa Excelência autorização para reverter os recursos financeiros constantes destes autos em suas finalidades originais, a saber, para utilização na prevenção, fiscalização e combate a incêndios na Amazônia Legal, inclusive na faixa de fronteira", diz trecho do ofício.

O governo ainda detalhou a destinação dos recursos próprios, apesar de esta informação não ter sido requisitada pela Suprema Corte. Conforme os dados apresentados, o dinheiro foi aplicado na abertura de 627 leitos de UTI no último ano, além da montagem

do Centro de Triagem na Arena Pantanal.

A manifestação do governo atende a um questionamento feito por Moraes no dia 19 de abril, para prestação de contas dos recursos. Além de Mato Grosso, foram notificados os estados do Maranhão, Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Roraima, Rondônia e Tocantins.

Esses estados receberam R\$ 430 milhões provenientes dos recursos recuperados pela Lava Jato para combater o desmatamento na Amazônia. No entanto, após o repasse do dinheiro e a chegada da pandemia, foi pedido que esse recurso pudesse ser utilizado nas ações de combate ao novo coronavírus.

VACINAÇÃO

Comissão de Saúde é contra novas prioridades

Da redação

Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), o deputado Dr. João (MDB) defendeu que a vacinação no estado seja realizada conforme o Plano Nacional de Imunização (PNI), sem a criação de novos grupos prioritários no estado.

Médico nefrologista há cerca de 40 anos, João

fez críticas à inclusão de novos grupos entre as prioridades, apontando que essa manobra acaba priorizando setores com maior influência política em detrimento de quem realmente necessita.

O apontamento foi feito durante reunião da Comissão de Saúde que rejeitou o projeto de lei 630/2020, de autoria do deputado Thiago Silva (MDB), que pretendia incluir três grupos na

prioridade da vacinação. Acontece que os três setores já estão contemplados na prioridade: Forças de Segurança, profissionais de Saúde e pessoas com comorbidade.

"Eu acho o seguinte, como discutimos ali: nós temos que caminhar pela parte técnica, científica e epidemiológica, porque todo o ser humano é importante. Foi comentado ali que vocês

jornalistas não pararam de trabalhar, a caixa de supermercado não parou de trabalhar, quantas pessoas não pararam em repartição pública? Tudo é importante. Se a gente ficar votando cada prioridade, aquele grupo que tem uma força política vai lá e aprova, mas não tem vacina", explicou.

João detalhou que as vacinas serão distribuídas conforme chegam no estado, seguindo a

determinação do PNI ou da Secretaria Estadual de Saúde (SES), que dispõe de um setor epidemiológico e técnico dedicado a lidar com essas questões.

O mesmo pensamento foi defendido por Lúcio Cabral (PT), que sugeriu ainda que a Comissão de Saúde converse com os demais deputados para pedir que não proponham projetos com esse objetivo,

uma vez que, até o momento, já foram apresentadas 20 propostas semelhantes.

Apesar de aprovarem parecer contrário ao projeto de lei de Thiago, os parlamentares defenderam que o assunto debatido em plenário, para que os argumentos apresentados pela Comissão sejam compartilhados com os demais deputados e com a população em geral.

REVIRAVOLTA

Deputados criticam projeto que regulamenta subsídio de R\$ 35,4 mil para defensores públicos; órgão diz que valor é o mesmo desde 2019

Assembleia trava 'supersalários'

Gilberto Leite



Da redação

A Assembleia Legislativa (ALMT) cancelou a votação do projeto de lei que pretendia regulamentar o salário dos defensores públicos, de R\$ 35,4 mil. O presidente da Casa, Max Russi (PSB), explicou que a decisão atende a pedido de deputados que estão insatisfeitos com a atuação da Defensoria Pública.

O pedido de aumento em período de pandemia foi feito pelo defensor público-geral do Estado, Clodoaldo Aparecido Gonçalves de Queiroz. No entanto, alguns deputados se mostraram contrários ao pedido por causa do momento que vive o país. Apon-

tam ainda que, em vez de dar o aumento solicitado pelos defensores, deveria haver a convocação de mais servidores para atuar em cidades que estão sem um representante.

Diante da situação, o defensor-geral será convocado para um debate na Casa de Leis antes que o projeto retorne à pauta.

“Alguns deputados estão reclamando que alguns municípios estão sem defensores e precisa ser organizada essa parte. Esse é o pedido de muitos parlamentares, para que várias cidades que estão sem defensores possam ter defensores públicos, para poder chegar a justiça gratuita a nossa população”, explicou o presidente da Assembleia.

Russi também explicou que, segundo a Defensoria, a proposta não aumentaria o salário dos servidores, apenas regulamentaria o pagamento, já que o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que o subsídio

dos defensores públicos não pode ser atrelado ao salário dos ministros da Corte Máxima.

Já a deputada estadual Janaina Riva (MDB) seguiu o mesmo pensamento de Max e acrescentou que outras categorias de servidores têm salários mais defasados que a Defensoria Pública.

“A Assembleia vai fazer uma discussão muito ampla sobre o tema, uma vez que a gente tá em uma situação muito delicada para se falar em qualquer tipo de aumento. Respeito muito os defensores, sei da importância que têm para o Estado e acho até que, nesse momento, prioritário seria a chamada de mais defensores, porque tem vários municípios desassistidos”, citou a deputada.

A PROPOSTA - O projeto de lei complementar 16/2021, foi aprovado em primeira instância na semana passada, mas acabou sendo barrado na sessão desta quarta. A proposta estabelece salário de R\$ 35,4 mil para



Presidente da Casa explica que decisão atende pedido de deputados descontentes com atuação da Defensoria

cargo de defensor público de primeira instância; R\$ 31,9 mil para defensor público de classe especial; R\$ 28,7 mil para defensor de terceira classe; R\$ 25,8 mil para segunda classe e R\$ 23,3

mil para defensores de primeira classe.

“É relevante registrar que o valor do subsídio indicado no projeto já está em vigor, sendo pago regularmente desde janeiro de 2019, de

modo que não acarretará nenhum aumento de despesa, não se aplicando, portanto, a vedação da Lei Complementar nº 173 de 27 de janeiro de 2020”, diz trecho da justificativa do projeto.

ARTICULAÇÕES

PSDB quer lançar prefeito Ari Lafin de Sorriso ao governo

Da redação

O presidente estadual do PSDB, deputado estadual Carlos Avallone, revelou que o partido está trabalhando para disputar o Palácio Paiaçu nas eleições de 2022. Em conversa com jornalistas, ele citou que o prefeito de Sorriso, Ari Lafin, é o preferido do partido para o posto maior do Estado.

Ari foi reeleito prefeito em 2020 com 73,62% dos votos. Diante do sucesso nas urnas, o gestor se tornou o ‘grande nome’ entre os tucanos.

“Nós temos uma grande aposta, que é o prefeito de Sorriso, que venceu as eleições lá. É um grande nome. Os vídeos dele, quando gra-

va alguma coisa, estão repercutindo nacionalmente. É um cara que tem uma visão boa, um excelente administrador e, na minha opinião, é um grande nome para ser lançado ao governo do Estado”, disse o deputado.

A ideia de ter uma candidatura própria, segundo Avallone, é parte de um alinhamento nacional da sigla, que deverá lançar um candidato à presidência da República. Por isso, é importante ter alguém concorrendo ao governo de Mato Grosso para fazer palanque no estado, dando maior visibilidade ao projeto tucano.

Avallone revelou ainda que já começou as articulações e planejamen-

to no interior do estado para a disputa eleitoral, com a base do PSDB. Alguns nomes fortes do partido já começam a se posicionar. Entre eles o ex-prefeito de Cáceres, Francis Maris, que pretende disputar uma vaga no Senado, assim como Nilson Leitão.

Já sobre a disputa nacional, o cenário ainda continua incerto entre os tucanos. A sigla pretende trabalhar como terceira via na disputa presidencial, como contrapeso à polarização entre Lula (PT) e Bolsonaro (sem partido). Três nomes surgem para o pleito: o senador Tasso Jereissati, o governador de São Paulo, João Dória, e o ex-governador de SP Geraldo Alckmin.

PRESSÃO NO SENADO

Max Russi cobra aprovação do piso da enfermagem

Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Max Russi (PSB), pediu à bancada federal do Senado apoio para dar celeridade à aprovação do Projeto de Lei nº 2.564/2020, que busca instituir o piso salarial nacional do enfermeiro, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e parteira.

Russi disse que tem recebido cobranças dos profissionais das categorias, que alegam desigualdades salariais e jornadas exaustivas de trabalho. O deputado cobrou atuação dos senadores mato-grossenses Wellington Fagundes (PL), Jayme Campos (DEM) e Carlos Fávaro (PSD).

“Falar com os senadores de Mato Grosso, senador Wellington,

Fávaro, Jayme Campos, que possam interceder também, para que seja votado esse projeto de lei, que a gente tem recebido cobranças de muitos profissionais da área de enfermagem”, justificou.

O Projeto de Lei nº 2.564/2020 é de autoria do senador Fabiano Contarato (Rede/ES) e prevê piso salarial de R\$ 7.315 para enfermeiros, numa jornada de 30 horas semanais. Técnicos em enfermagem deverão receber pelo menos 70% deste valor (R\$ 5.120) para a mesma jornada. Auxiliares em enfermagem e parteiras não poderão ficar com salários inferiores a 50% do piso (R\$ 3.657). Caso o PL seja aprovado, nem o Poder Público nem a iniciativa privada poderão fixar salários iniciais

abaixo dos valores estabelecidos em lei.

Segundo o Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso (Coren-MT), o estado conta hoje com 32.087 profissionais da categoria na ativa. A carga de trabalho é de 40 horas semanais. O salário do enfermeiro gira em torno de R\$ 3.500 na rede privada. Já o dos técnicos fica em média em R\$ 1.600 e o dos auxiliares não passa de R\$ 1.200.

O presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi, reforça sua defesa em relação à implantação do piso nacional e acredita que o benefício trará mais dignidade ao trabalho desenvolvido pelas categorias.

“Esses profissionais precisam de total valorização, total apoio e podem contar com esse Parlamento”, assegurou.

SEM CRISE

Rogério Gallo mostra alta e cutuca Emanuel Pinheiro

Gabriel Soares

O secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo, apresentou o relatório das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2020 aos deputados estaduais, em audiência pública virtual. Na ocasião, ele ainda aproveitou para dar uma alfinetada no prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), pelas críticas feitas à isenção de IPVA concedida a várias categorias de motoristas e empresas no estado.

Pelos dados apresentados à Assembleia, o Estado aumentou em 13,4% a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Isso

resultou também em um aumento no repasse feito aos municípios, na ordem de 14,1% durante o terceiro quadrimestre de 2020. No mesmo período, houve queda na arrecadação do IPVA, resultando na redução de 5,5% nos repasses deste imposto aos municípios.

“Tivemos no total quase 11% de incrementos, por isso que eu mencionei que aquela crítica que foi feita pelo prefeito da capital à isenção do IPVA foi uma crítica infeliz, injusta e completamente desrazoada. Os municípios estão bem aquinhoados com as receitas que são arrecadadas pelo Estado. E não é os R\$ 30 milhões

de renúncia de receita do IPVA para setores extremamente atingidos que vai prejudicar o conjunto dos municípios”, destacou o secretário, lembrando que apenas metade da receita do IPVA vai para os municípios.

De acordo com os números apresentados, em 2020, a receita total de R\$ 23,81 bilhões foi maior que a despesa total de R\$ 19,910 bilhões, resultando no saldo positivo de R\$ 3,90 bilhões. No agregado geral, houve aumento de 12,1% na receita tributária, em comparação ao mesmo período de 2019. Essa receita engloba os valores arrecadados pelo próprio Estado, dos quais o ICMS é a princi-

pal fonte, com R\$ 12,8 bilhões no ano passado.

“O resultado é surpreendente porque tivemos uma pandemia que se iniciou, efetivamente, no final de março de 2020, impactando as atividades econômicas de um modo geral. Mas tivemos uma recuperação, o faturamento das empresas aumentou, e muito disso em decorrência da agropecuária que teve um incremento em volumes recordes no ano passado. Isso tudo associado às medidas adotadas desde 2019, fez com que trilhássemos o caminho do equilíbrio fiscal”, enfatizou Gallo.

Sobre os repasses aos municípios, o secretário apontou que houve

incremento de 11% no valor repassado às prefeituras, principalmente no montante referente ao ICMS. Em 2019 os municípios receberam R\$ 3,47 bilhões, em 2020 foram transferidos R\$ 3,84 bilhões.

Rogério Gallo adiantou que o Executivo reduziu a despesa com pessoal em 2020 e neste ano, conseguindo se enquadrar no limite determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4,9%. Diante disso, o pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) de 2018, que ainda está atrasada, será efetuado ainda neste mês de maio, conforme já anunciado pelo governador Mauro Mendes (DEM).

Os dados da arrecadação do Estado em 2020 foram elogiados pelo deputado Carlos Avalone (PSDB), presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO) da Assembleia Legislativa.

“Os números do Estado nos ajudam a ter a capacidade de investimento com recursos próprios e a partir do ano que vem ou desse ano sonhar com mais recursos internacionais, com juros mais baratos, para que a gente possa fazer novos investimentos para o estado que realmente são fundamentais”, disse Avallone.

PROGRAMA SER FAMÍLIA

Esse é o primeiro [benefício que recebe] e fico muito agradecida. Vou comprar leite, café, arroz e feijão

“Mesmo pouco, vai ajudar muito”

Gilberto Leite



Da redação

Caroline da Silva Santos buscou o cartão do programa Ser Família. Mãe solo, desempregada há três anos e moradora de uma casa de aluguel, ela é dependente de benefícios e da caridade alheia para viver. Por isso, vê no benefício emergencial uma grande ajuda para curar de suas quatro crianças.

Lançado pelo governo do Estado, a ajuda de custo está sendo enviada para que aqueles que vivem em situação de extrema pobreza, cuja renda média não chega a R\$ 70 por pessoa da família.

“Veio em boa hora. Com essa pandemia eu não tive como procurar emprego. Às vezes eu pego alguns lençóis, tapetes para vender, pra ver se complementa a minha renda. Esse auxílio, mesmo que pouco, vai me ajudar muito. O pouco que recebo não dá para passar o mês”, disse Caroline.

Em todo o Estado serão mais de 100 mil famílias atendidas, com base em informações do Cadastro Único. Cada uma dessas famílias receberá cinco parcelas de R\$ 150, sendo a primeira depositada no dia 8 de maio.

Viver com R\$ 70 por ‘cabeça’ é um desafio difícil de mensurar. Para se ter uma ideia, a cesta de alimentos básicos necessários para suprir as necessidades humanas e alimentar uma família de quatro pessoas custa em torno de R\$ 594,80 em Cuiabá, segundo o Instituto Mato-grossense de

Economia Agropecuária (Imea).

A haitiana Widelene, desempregada há cinco anos, vive de bicos e irá receber o benefício. Para ela, que trabalhou apenas um ano com carteira assinada desde que chegou ao Brasil, o dinheiro irá ajudar muito. Ela diz que alguns podem não ver uma ajuda tão grande nos R\$ 150 que receberá, mas Widelene avalia que esse valor é grandioso.

“A gente se vira como dá. Todos os dias vamos à luta e temos com a gente que é preciso viver um dia de cada vez”, disse ao Estadão Mato Grosso. “Muitos podem achar que não dará para comprar nada, mas para mim, que nunca recebi nenhum benefício no país de onde vim e não consigo um emprego desde que cheguei, é de grande ajuda”.

“Esse é o primeiro [benefício que recebe] e fico muito agradecida. Vou comprar leite, café,



Caroline buscou o cartão junto da filha e comemorou o benefício: “chegou em boa hora”

arroz e feijão”, disse Widelene, emocionada.

São mais de R\$ 75 milhões que irão ajudar as famílias e, para este montante, o governo contou com o apoio da Assembleia Legislativa e

do senador Jayme Campos, por meio de emendas parlamentares.

A previsão é que 12 mil cartões sejam entregues em Cuiabá entre esta quarta-feira (5) e a próxima sexta (8).

Os beneficiários podem buscar o cartão na Secretaria de Assistência Social e Cidadania (Sestac), que próximo ao Palácio Paiaguás, no Centro Político Administrativo.

JUROS EM ALTA

O consumo e aumento de dívidas tende a reduzir neste ano

Da redação

O consumo e aumento de dívidas entre as famílias com renda acima de 10 salários tende a cair neste ano. Nesta semana, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, reajustou a taxa Selic em 0,75%. O objetivo é desestimular

o consumo e, com isso, controlar a inflação do país, que já tem projeções de superar o teto da meta estabelecida pelo governo.

“A taxa básica de juros subiu, o que encarece o crédito e tem expectativa de aumentar a taxa, fechando o ano em 6%”, aler-

ta a economista Thais Sampaio.

O cenário de 2021 aponta para algo bem diferente do que se viu no ano passado. Nas decisões do Copom ao longo de 2020, predominaram as reduções da Selic, levando a taxa a atingir seu menor patamar da história (2%

a.a.). Na época, o objetivo era estimular o consumo no país, que estava reprimido pelo isolamento social e pela suspensão das atividades econômicas, em razão da pandemia do novo coronavírus.

Agora, no entanto, a situação é diferente. Com a injeção do auxí-

lio emergencial, houve um aumento abrupto nos preços ao consumidor, influenciado também pela desvalorização da moeda brasileira no mercado internacional. Isso levou o próprio Banco Central a reconhecer a possibilidade de uma taxa oficial de inflação de 5,1% neste ano, o que

pressiona para novas altas nos juros.

A economista Thais Sampaio faz o alerta: “A inflação ainda cresce, que significa o aumento generalizado dos preços e aumento do consumo, em especial com supermercado, combustível e energia, dentre outras despesas básicas”.

PRINCIPAIS DÍVIDAS

Cartão de crédito “vira renda”

Da redação

As famílias brasileiras ampliaram o uso do cartão de crédito em abril, fazendo a modalidade chegar ao recorde histórico entre os principais tipos de dívida. Conforme dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), o fenômeno acontece nos dois grupos de renda, acima e abaixo de 10 salários mínimos. No geral, a proporção das famílias com cartão de crédito como principal modalidade de dívida chegou ao recorde de 80,9%.

Em ambas as faixas de renda, o endividamento no cartão alcançou proporções máximas históricas. Naquelas com

até dez salários, o cartão de crédito foi apontado como o principal tipo de dívida por 80,9% delas, enquanto nas famílias com mais de dez salários, o uso do cartão de crédito representou 81,9% do total.

Cheque especial e crédito consignado também se destacaram entre as modalidades que foram mais procuradas na passagem mensal. Com grande liquidez e juros ainda relativamente baixos, os financiamentos de casa e carro também tiveram crescimento dentre os tipos de dívida em abril.

MENOS ATRASO - A quantidade de famílias com dívidas ou contas em atraso caiu pelo oitavo mês consecutivo, alcan-

çando 24,2% em abril, 1,1 ponto percentual abaixo do apurado em abril de 2020. O grupo das famílias com renda de até 10 salários mínimos teve queda no número de inadimplentes, saindo de 27,2% em março para 26,9% em abril. Essa é a menor proporção desde janeiro de 2020.

O mesmo não ocorreu dentre as famílias que ganham acima de dez salários mínimos. Nesse caso, o percentual aumentou de 12,2% em março para 12,3% em abril, maior proporção desde abril de 2018.

Apesar de a inadimplência ter caído pelo oitavo mês seguido, a economista Thais Sampaio avisa que ainda é cedo para comemorar.

NOVO DECRETO

Sinop libera eventos sociais

Da redação

A Prefeitura de Sinop decidiu liberar a realização de eventos sociais para até 200 pessoas a partir desta sexta-feira (7). A medida foi tomada na manhã da última quinta (6), por meio de um decreto editado pelo prefeito Roberto Dorner (Republicanos).

Segundo a Prefeitura, o prefeito optou por relaxar as restrições porque a cidade reduziu seu risco de contágio na classificação feita pela Secretaria de Estado de Saúde (SES) e tem mantido a atual situação há mais de duas semanas. Em nota, a Prefeitura afirma ainda que o número de internações

em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) tem reduzido “consideravelmente”, o que permite o relaxamento.

O decreto impõe algumas normas para que os eventos possam ser realizados. Apesar de liberar o máximo de 200 pessoas, está mantido o limite de 30% da capacidade máxima do local do evento. Além disso, é preciso encerrar antes do toque de recolher, que restringe a circulação de pessoas após às 23h.

Como de praxe, é necessária a disponibilização de álcool em gel, o distanciamento de 2 metros entre as mesas e o limite de quatro pessoas em cada uma delas

ou, em caso de cadeiras, 1,5 metros de distância. O uso de máscaras faciais também é obrigatório, para evitar a propagação do vírus por meio do ar.

Além disso, os organizadores terão que manter o cadastro de participantes do evento por até 30 dias após a realização do evento, para possível monitoramento pelas autoridades. E terão que manter fotos, imagens e outros documentos para comprovação à fiscalização sobre o cumprimento dos protocolos de biossegurança.

O decreto poderá ser revogado caso a situação da pandemia no município tenha mudanças.

PROCESSO SELETIVO

Secretaria abre 62 vagas temporárias

Da redação

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Estado de Mato Grosso (Sinfra) publicou edital de processo seletivo simplificado para a contratação temporária de profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo, bem como engenharias civil, elétrica, florestal, mecânica, sanitária e de segurança, para atuação no órgão.

Ao todo, são disponibilizadas 62 vagas, sen-

do 57 vagas para ampla concorrência e mais cinco vagas reservadas para candidatos com deficiência. Os profissionais serão contratados como analistas de acordo com os perfis estabelecidos por áreas de formação e experiência técnica.

Os salários ofertados são de R\$ 6.195,73 para uma jornada de trabalho de 40 horas. A seleção será realizada pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

(Cebbraspe) e compreenderá a análise curricular e documental (títulos e experiência), de caráter classificatório.

Podem se inscrever todos os candidatos que tenham no mínimo diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior na área de formação a que concorre, além de registro no órgão de classe referente à sua área de formação. O prazo do contrato temporário será de 24 meses, podendo ser

prorrogado uma vez por igual período.

INSCRIÇÃO - As inscrições serão realizadas somente via internet, exclusivamente no site da Cebbraspe (www.cebraspe.org.br/concursos/SINFRA_MT_21_PSS), a partir das 10 horas (horário de Brasília) do dia 19 de maio até às 18h (horário de Brasília) do dia 25 de maio. A taxa de inscrição é de R\$ 46. No mesmo período também estará aberto o prazo de pedidos de isenção.

Atas, Editais, Extravios, Balanços, Convocações, Regulamentos e Avisos de licitações

65-99228-9990

CORTANDO CAMINHO

Governo entrega 931 km de rodovias estaduais à iniciativa privada, principal aposta para reverter a defasagem da infraestrutura

Concessão tenta reverter atraso

Michel Alvim/Secom-MT



Da redação

Concessões de 512,2 quilômetros de rodovias estaduais devem reduzir o custo logístico de Mato Grosso nos próximos dois anos. A assinatura dos contratos de concessão de três lotes de rodovias, totalizando investimentos de mais de R\$ 6 bilhões, ocorreu na quinta-feira (6), no Palácio Paiaguás.

Além das concessões, houve a transferência de outros 419,3 km de rodovias à responsabilidade da Associação Agrológica de Mato Grosso, por meio das parcerias sociais.

A oficialização dos contratos é considerada um marco para a infraestrutura mato-grossense, que hoje possui 22,3 mil km de estradas não-pavimentadas, contra oito mil quilômetros de rodovias asfaltadas.

“O estado é o maior produtor de soja, algodão, carne bovina, milho e também do etanol de milho. Já são mais de 71 milhões de toneladas produzidas por ano, e a previsão é dobrar esta marca nos próximos 10 anos, sem precisar de desmates. Esse é um passo importante para Mato Grosso, pois visa melhorar o escoamento da produção agrícola e de proteína animal e, com isso, a qualidade de vida da população”, destacou o governador Mauro Mendes (DEM).

Mesmo já tendo consolidado como o estado com a maior participação nas exportações do agronegócio brasileiro, com 18,3% do total, Mato Grosso ainda sofre com uma infraestrutura logística precária, que reduz sua competitividade no mercado internacional e até mesmo no comércio interno.

“Somos um estado de dimensões continentais e estamos longe dos portos, por onde a nossa produção chega aos principais consumidores ao redor do mundo. Essas dificuldades obrigaram Mato Grosso a desenvolver tecnologia de ponta e mecanismos que tornaram o estado com-

petitivo frente aos principais players globais”, pontua.

Os três lotes de rodovias foram concedidos aos consórcios Via Norte-Sul, Via Brasil MT-246 e Rota dos Grãos, que venceram o leilão na bolsa de valores brasileira, ocorrido em novembro do ano passado.

Com esses novos contratos, Mato Grosso passa a contar com 1.394 km de rodovias sob regime de concessão. Outros 419 km foram concedidos nos últimos dois anos por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs) Sociais.

A expectativa do governo é que, com o repasse dessas obrigações à iniciativa privada, haja mais dinheiro livre para investimento em outras áreas também prioritárias.

“Com menos despesas para manutenção, mais recursos podem ser investidos em novas obras, que melhoram o trânsito, atraem investimentos, empresas, postos de trabalho e renda. Um jogo de ganha-ganha que vai manter Mato Grosso em ascensão econômica e possibilitará distribuir essa riqueza com a população”, concluiu.



Mauro aposta em concessões para melhorar a logística e liberar recursos do Estado para outros investimentos

INVESTIMENTOS E PEDÁGIOS

Via Norte Sul - Responsável pelo lote 1, entre Tabaporã e Sinop, com investimento de R\$ 1,6 bilhão. Estão previstos investimentos de R\$ 267 milhões em serviços de conservação, recuperação, manutenção e implantação de melhorias em 138,4 km da MT-220.

A obra contará com três praças de pedágio, com tarifa no valor de R\$ 8,25. A abertura das praças de pedágio poderá ocorrer a partir do 10º mês de concessão.

Via Brasil MT-246 - Responsável pelo lote 2, entre Jangada a Itanorte, com contrato no valor de R\$ 3,103 bilhões. Dentre os investimentos está R\$ 815 milhões ao

longo dos 233,2 quilômetros das rodovias MT-246, MT-343, MT-358 e MT-480.

Quatro praças de pedágio devem compor a arquitetura, cuja tarifa será de R\$ 7,90. O funcionamento das praças será iniciado no segundo ano de concessão.

Rota dos Grãos - Assume o lote 3, entre Primavera do Leste e Paranatinga, pela soma R\$ 1,9 bilhão. Serão realizados investimentos de R\$ 365 milhões em uma extensão total de 140,6 quilômetros da MT-130.

Neste trecho, está prevista a implantação de duas praças de pedágio na rodovia. A tarifa será no valor de R\$ 7,90, com início do funcionamento no segundo ano de concessão.

INFRAESTRUTURA

Mato Grosso vira 'alvo' de investidores

Da redação

Com três projetos de ferrovias previstos, Mato Grosso é um dos estados que mais se beneficiará com investimentos em infraestrutura nos próximos dez anos. Outro fator que pode atrair recursos estrangeiros é o avanço nas discussões do Marco Regulatório das Ferrovias (PLS 261/2018), em tramitação no Senado Federal. O projeto tem a intenção de modernizar a transferência de exploração do transporte ferroviário pela iniciativa privada, com a inclusão do regime de autorização na lei.

A aprovação do projeto de lei, que permite os integrantes do setor privado a construir e operarem suas próprias ferrovias, está no centro das atenções do governo. A modalidade, denominada 'autorização', é realidade em países como os Estados Unidos. Uma das vantagens desse modelo para o governo federal é que ele não demanda recursos públicos para implantação das ferrovias, deixando todo o risco para a iniciativa privada.

A melhoria na infraestrutura brasileira é considerada a principal engrenagem para atrair investimentos estrangeiros no Brasil.

“O país está muitíssimo atrasado na construção de uma infraestrutura física e econômica compatível com o tamanho de sua economia. Esse vácuo operacional, cria excelentes oportunidades de ganhos para operadores logísticos especializados e para investidores que precisam garantir bons retornos em longo prazo para o capital sob seu

gerenciamento”, destaca o economista Vivaldo Lopes.

Em estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Kátia Rocha, técnica na entidade, comparou dados da infraestrutura brasileira com outros 141 países. O Brasil ocupa a 78ª colocação, de acordo com o pilar de infraestrutura do índice de competitividade global de 2019. Kátia aponta a pandemia como mais um limitador de investimentos e vê como saída as alterações regulatórias para a infraestrutura.

“O debate atual recai sobre as recomendações de políticas públicas necessárias para estimular uma maior e melhor participação privada nessa modalidade de investimento. A melhoria das características institucionais e regulatórias que promovam os investimentos privados em infraestrutura será particularmente importante ao Brasil nos próximos anos”, escreve Kátia, que atua na Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura (Diset) do Ipea.

O economista Vivaldo Lopes elenca alguns dos atrativos brasileiros que chamam atenção de investidores e operadores. “Além do avanço em novos marcos regulatórios nas áreas de saneamento, ferrovias, portos, aeroportos, cabotagem e gás, há janelas de oportunidades abertas. Há um potencial de crescimento do consumo do Brasil e as perspectivas de aumento da demanda e de preços das principais commodities, nas quais o país é um grande player mundial: agrícolas, ferro, petróleo e gás”.

VEJA AS SIMULAÇÕES

Alta da Selic terá pequeno impacto sobre juros

Wellton Máximo/ABR

A elevação da taxa Selic pelo Banco Central terá impacto pequeno sobre as taxas cobradas dos consumidores e das empresas, avalia a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac). Segundo a entidade, existe uma diferença muito grande entre a taxa básica e os juros efetivos,

o que dilui o impacto na ponta final.

Segundo a Anefac, o juro médio para as pessoas físicas passará de 95,34% para 96,67% ao ano. Para as pessoas jurídicas, a taxa média sairá de 42,85% para 43,85% ao ano. A Selic passou de 2,75% para 3,5% ao ano.

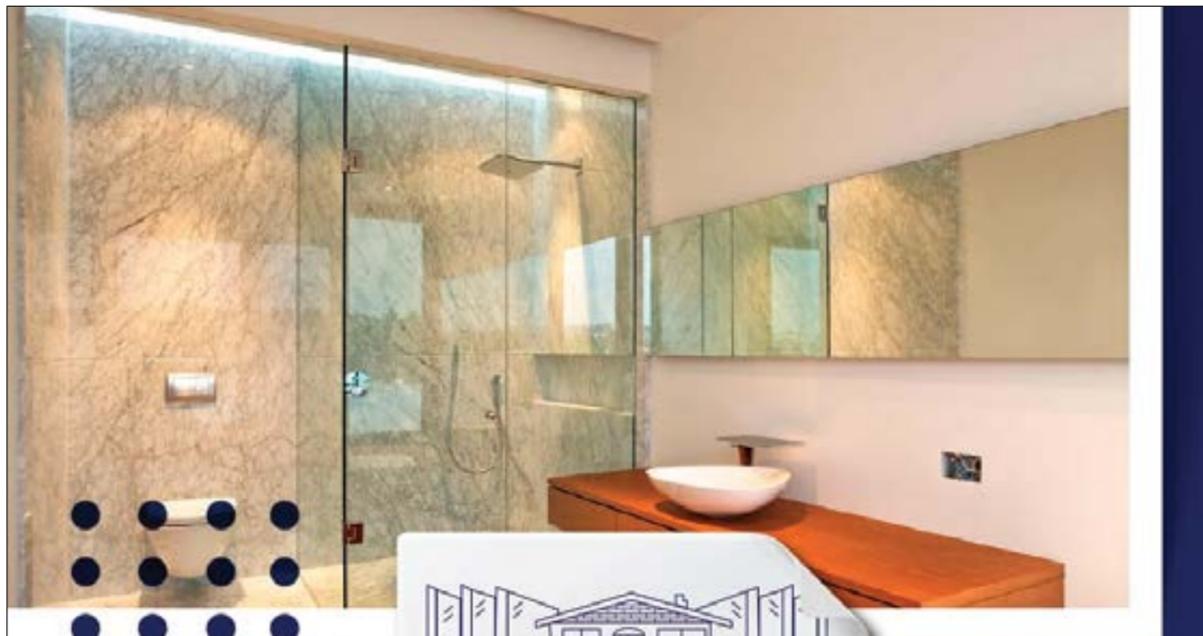
Apesar do impacto pequeno nas taxas médias, os consumidores e as empresas gastarão mais para contratarem

linhas de crédito, conforme as simulações.

Na utilização de R\$ 3 mil do rotativo do cartão de crédito por 30 dias, o cliente gastará R\$ 1,80 a mais. Um empréstimo pessoal de R\$ 5 mil por 12 meses cobrará R\$ 21,79 a mais após o pagamento da última parcela. Caso seja feita em financeira, a operação sairá R\$ 14,25 mais cara. No financiamento de um automóvel de R\$ 40 mil por 60 me-

ses, o comprador pagará R\$ 15,56 a mais por parcela e R\$ 933,50 a mais no total da operação.

Em relação às pessoas jurídicas, as empresas pagarão R\$ 92,06 a mais por um empréstimo de capital de giro de R\$ 50 mil por 90 dias, R\$ 36,95 pelo desconto de R\$ 20 mil em duplicatas por 90 dias e apenas R\$ 4 a mais pela utilização de conta garantida no valor de R\$ 10 mil por 20 dias.



CASA DOS VIDROS

BOX PARA BANHEIRO

Qualidade em Vidros!
Segurança, Durabilidade,
Beleza e Conforto.

65.3642-3344

FAÇA HOJE MESMO
O SEU ORÇAMENTO!

cuiaba.mt.gov.br

Parece afogamento, *mas é Covid-19.*

Pacientes relatam que a falta de ar por Covid-19 assemelha-se a sensação de afogamento. Quando grave, a intubação é necessária. As novas cepas do vírus são ainda mais mortais, fazendo com que a cada dez pessoas intubadas, em média, apenas duas sobrevivam.

Respeite as medidas de prevenção.

* Pesquisa publicada na revista médica The Lancet Respiratory Medicine em relação a média nacional de internações.

